



Marketing do amianto e Sustentabilidade do seu banimento no Brasil

Ana Lúcia GONÇALVES da SILVA e Carlos R. ETULAIN

Marketing do amianto e Sustentabilidade do seu banimento no Brasil

Ana Lúcia GONÇALVES da SILVA e Carlos R. ETULAIN¹

1. Introdução

O caso das empresas que utilizam amianto no Brasil é objeto deste trabalho, com vistas a observar às práticas adotadas em contextos que exigem estratégias de incorporação de valores ambientais e de responsabilidade social para adequar processos de produção a contextos ambientais sustentáveis.

Em torno do amianto é evidente o conflito de interesses. Têm-se, de um lado, empresas que exploram e defendem a sua utilização, mesmo diante do prejuízo comprovado à saúde da população, e empresas que, prevendo a imposição de restrições institucionais em decorrência do impacto ambiental negativo – tal como é o caso da legislação que proíbe a sua utilização em mais de 58 países até 2010 –, implementaram processos de reconversão das linhas de produção que resultaram em inovações técnicas sustentáveis baseadas no aproveitamento de insumos alternativos.

Dada a forma como se configurou o problema do amianto no Brasil, o debate acabou se dirigindo para aspectos que exigem avaliação econômica, o custo de adaptação das inovações e o problema de como este custo e de outros possíveis eventos redundaria em prejuízo para a população mais carente. Dai a necessidade de utilizar metodologias deste campo de conhecimento para avaliar economicamente a substituição do amianto na construção civil (telhas e caixas d'água).

Sem entrar no mérito dos impactos à saúde e no debate sobre a impossibilidade de garantir níveis seguros de exposição ao amianto – um dos desdobramentos do debate do amianto, a pesquisa que deu lugar ao presente artigo é resultado do estudo econômico do impacto da substituição total do produto amianto crisotila como matéria-prima na fabricação de produtos de fibrocimento no Brasil.

A Ciência Econômica, entretanto, é, na maioria das vezes, foco tradicional das críticas do pensamento ambiental, em parte pela sua configuração histórica como ciência burguesa, atrelada aos interesses do poder muito mais do que à avaliação de impactos da produção sobre população e natureza. Todavia, a contribuição para elucidar este debate depende de

¹ Ana Lúcia GONÇALVES da SILVA é pesquisadora do NEIT e profa. do Instituto de Economia da UNICAMP e Carlos R. ETULAIN é pesquisador do NEIT e prof. da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP.

métodos e instrumentos deste campo (estimativas de produção, exportação e importação e cálculo do consumo aparente), porém esta avaliação está em sintonia com o princípio de sustentabilidade uma vez que se pauta pelo critério científico de medir aquilo que é possível de ser quantificado, e avaliar pensando na complexidade do contexto histórico e social em que se produzem os fatos sociais.

2. O debate em torno do uso do amianto e os agentes envolvidos

Em documento publicado em 2009 pelo seu Departamento de Indústria da Construção – Deconcic², a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP manifestou expressamente preocupação com o encarecimento das telhas e caixa d'água que são bens utilizados na construção civil. Ressalvando, na apresentação do documento, que “não contesta as legislações vigentes que proíbam a extração, o uso ou a comercialização do amianto crisotila”, a FIESP chama a atenção para o fato de que “o fim do uso do insumo básico amianto, para a construção civil, pode afetar programas de habitação social, prejudicar o andamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e colocar inúmeros empregos em risco, mais notadamente no atual período de crise mundial”.

Os temores da FIESP apóiam-se fortemente na avaliação de que “a simples supressão do uso do amianto trará como resultado, dentre outros, uma ‘corrida’ a outros produtos alternativos” e de que “as empresas não estão preparadas para atender às necessidades do mercado”. Assim, “a consequência direta de um aumento de demanda muito superior à capacidade de produção seria a elevação de preços e um total desequilíbrio concorrencial”.

Por outro lado, a Associação Brasileira das Indústrias e Distribuidores de Produtos de Fibrocimento – Abifibro, entidade que reúne as empresas fabricantes de fibrocimento sem adição do amianto, defende a proibição ao amianto, com o argumento contrário, de que o país já conta com tecnologia e produto similar de qualidade e aprovado pelo Ministério da Saúde. A favor de sua tese, a Abifibro apresenta parecer elaborado em 2009 pelo

² “O Papel dos Produtos de Amianto na Cadeia da Construção Civil: Dimensão Econômica e Efeitos Concorrenciais”. São Paulo: Deconcic/FIESP, janeiro de 2009, 33 págs. O referido estudo foi realizado em agosto de 2008 pela FGV Projetos, por encomenda do Deconcic/FIESP, com o apoio institucional do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Cimento – Sinaprocim e do Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de São Paulo – Sinprocim.

economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, no qual se aponta como exemplo de alternativas principais as fibras sintéticas³.

Belluzzo (2009) apresenta, ainda, um detalhado apêndice com severas críticas ao documento da FIESP elaborado pela FGV, em particular à metodologia empregada e à obscuridade das estimativas apresentadas acerca dos efeitos econômicos da supressão do amianto.

A questão do impacto econômico da proibição do uso do amianto, além de relevante, é atual. Neste sentido, cabe lembrar que em 2004 o Governo Federal instituiu uma Comissão Interministerial para rediscutir o uso da crisotila no país, decisão que foi impulsionada pela determinação da União Européia (Diretiva 1999/77/CE) de excluir a partir de 1º/01/05 o uso do amianto em todos os países que ainda não haviam adotado tal providência⁴.

Embora uma nova política nacional não tenha sido ainda apresentada pelo governo brasileiro, dando margem à continuidade da interpretação anterior de que é permitido o uso da variedade crisotila, vários estados e municípios brasileiros já tomaram a iniciativa de legislar para atender às novas recomendações da OIT no sentido do banimento total de todos os tipos de amianto⁵.

O resultado é que o amianto crisotila tem sido alvo de intensa controvérsia, objeto de discussões em vários estados e municípios brasileiros. As iniciativas estaduais em favor da proibição vão sendo contestadas pelo Instituto Brasileiro do Crisotila – IBC e/ou pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, ou ainda pelo Governo de

³ Fibras de poliacrilonitrila (PAN) – cuja matéria-prima principal é a acrilonitrila (produzida pela Acrinor, empresa nacional sediada no Pólo Petroquímico de Camaçari). No Brasil, a fibra PAN é produzida pela Radici Fibras; Álcool polivinílico (PVA) – importado – cuja matéria-prima principal é o acetato de polivinila. Não existe produção nacional de PVA, mas provavelmente haverá interesse de investimentos no Brasil; e Fibras de polipropileno (PP) – resina plástica produzida no Brasil pela Brasken e Quattor. Ademais, existem empresas têxteis que já produzem outros fios de PP (Maccaferri/Fitesa e Etruria) e que podem realizar adaptações para obter o PP adequado à substituição do amianto.

⁴ Em reação à determinação da União Européia, Canadá, Brasil e Zimbábue apresentaram queixa à Organização Mundial do Comércio – OMC contra a França, alegando criação de barreira alfandegária. A Organização, todavia, deu ganho de causa à França, considerando que agia em defesa da saúde pública.

⁵ Neste sentido, surgiram, por exemplo: **i**) a Lei n. 2.210, de 08/01/01, do Estado do Mato Grosso do Sul; **ii**) a Lei n. 3.579, de 07/06/01, do Estado do Rio de Janeiro; **iii**) a Lei n. 11.643, de 21/06/01, do Estado do Rio Grande do Sul; **iv**) a Lei n. 12.589, de 26/05/04, do Estado de Pernambuco; **v**) a Lei n. 12.684, de 26/07/07, do Estado de São Paulo; **vi**) o Projeto de Lei n. 236, de 24/06/08, do Estado do Espírito Santo. Entre os municípios que proibiram o amianto, pode-se citar: Amparo, Barretos, Bauru, Campinas, Guarulhos, Jundiá, Natal, Mogi Mirim, Osasco, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Santa Bárbara d'Oeste, Recife, São Caetano do Sul, São Paulo, Taboão da Serra. Em 2009, foi a vez do Rio Grande do Norte sancionar sua lei contra o amianto.

Goiás⁶, que entendem que o uso do amianto já é regulado por legislação federal, de modo que as leis estaduais acabam sofrendo processos de Ação de Inconstitucionalidade Direta (ADI). Atualmente, por exemplo, encontra-se em julgamento no Supremo Tribunal Federal ação de inconstitucionalidade de lei estadual restritiva ao uso de amianto no Estado de São Paulo.

3. O mercado do amianto crisotila no Brasil

No mundo, o principal setor de destino de fibras de amianto é a indústria de artefatos de fibrocimento, como telhas e caixas d'água. Da mesma forma, no Brasil esta indústria responde por 98,21% do consumo interno de fibras de amianto⁷. O restante destina-se à fabricação de: materiais de fricção; tecidos especiais e produtos de vedação; cloro-soda e papéis e papelões.

O mercado brasileiro de produtos de fibrocimento (com e sem amianto) é atendido por dez grupos empresariais, com alta concentração das parcelas de mercado ocupadas pelos dois maiores grupos (Eternit e Brasilit), conforme estimativas para o ano de 2008 da Associação Brasileira das Indústrias e Distribuidores de Produtos de Fibrocimento – Abifibro, apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Estrutura da oferta do mercado brasileiro de produtos de fibrocimento (com e sem amianto) – 2008

Grupos Empresariais	Participação no Faturamento da Indústria (%)
Grupo Eternit: Eternit S/A – PR Eternit S/A – BA Eternit S/A – RJ Eternit S/A – GO Precon Goiás Industrial Ltda. – GO	33%
Grupo Brasilit: Brasilit S/A – SP Brasilit S/A – RS	22%

⁶ Estado que sedia, no município de Minaçu, a única mina de crisotila em operação no país (empresa SAMA – Minerações Associadas, do Grupo Eternit).

⁷ De acordo com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM referentes ao ano de 2006 (Sacramento Filho, 2007:6).

Brasilit S/A – PE	
Brasilit S/A – PA	
Grupo Isdra:	
Isdralit Indústria e Comércio Ltda – PR	13%
Isdralit Indústria e Comércio Ltda. – RS	
Isdralit Indústria e Comércio Ltda. – SP	
Multilit Fibrocimento Ltda. – PR	9%
Grupo Zanatta:	
Imbralit Ind. e Com. de Artef. de Fibrocimento Ltda. – SC	5%
Imbratex Ind. e Com. de Artef. de Fibrocimento Ltda. – SC	
Grupo Precon:	
Precon Industrial Ltda. – MG	5%
Precon Industrial S/A – RJ	
Grupo Infibra-Permatex:	
Infibra Ltda. – SP	5%
Permatex Ltda. – SP	
Confibra Indústria e Comércio Ltda. – SP	4%
Decorlit Ind. e Comércio Ltda. – SP	2%
Casalite Ind. e Comércio de Materiais de Construção Ltda. – RJ	1%

Fonte: Abifibro.

A Brasilit não mais utiliza amianto nos seus produtos há vários anos, possuindo inclusive uma fábrica de matéria-prima que o substituiu⁸. A Decorlit afirma no *site* da empresa (consultado em maio/2010) que: “*Por suas características, os produtos de fibrocimento Decorlit proporcionam excelente acabamento e qualidade em sua obra. Não contém Amianto*”⁹. Outras empresas ainda utilizam o amianto, mas já detêm a tecnologia de fabricação de produtos de fibrocimento sem amianto e, inclusive, já comercializam esses produtos com fibras alternativas, conforme anunciam em seus sites na internet (consultados também em maio/2010). São elas: Eternit, Isdralit e Infibra/Permatex, as

⁸ A Brasilit, em substituição ao amianto, utilizou a fibra poli álcool vinílico (PVA), até 2002; em seguida, substituiu o PVA pela fibra de polipropileno (PP), de fabricação própria.

⁹ A Decorlit utiliza a fibra de poliácilonitrila (PAN) em substituição ao amianto crisotila.

quais vêm efetuando importações crescentes de fibras alternativas, mais especificamente a fibra poli álcool vinílico (PVA)¹⁰.

Estas cinco empresas totalizam 75% de participação no mercado brasileiro de produtos de fibrocimento (com e sem amianto). As outras cinco empresas (correspondendo a apenas 25% desse mercado) não mencionam em seus *sites* o uso de fibras alternativas. Entretanto, duas delas (Confibra e Multilit) já registram também a importação de fibras do tipo PVA.

É evidente a adoção, por parte das empresas que ainda se apóiam no amianto, de estratégia no sentido de se capacitarem e de implementarem a progressiva substituição desta fibra por fibras alternativas, como o PVA. Enquanto aguardam o banimento do amianto no Brasil, estendem ao máximo possível o seu uso, mas não por falta de capacitação em tecnologias alternativas. Na prática, mesmo que de forma velada, a adaptação das linhas de produção de fibrocimento para a utilização de fibras alternativas ao amianto (considerada relativamente simples) já está em processo há alguns anos na maioria das empresas. Neste mesmo sentido, cabe registrar que praticamente todas as fabricantes de produtos de fibrocimento já possuem unidades de refino de celulose, importante passo para o processo de adaptação.

4. Consumo de Amianto dos Fabricantes de Artefatos de Fibrocimento

Com base na Tabela 1, que fornece a distribuição do mercado de produtos de fibrocimento total (com e sem amianto), é possível obter uma estimativa aproximada das parcelas de mercado para produtos de fibrocimento com amianto. Para tanto, foram excluídas as empresas que produzem apenas produtos sem amianto (Brasilit e Decorlit) e considerou-se que as demais produzem apenas produtos com amianto ou, alternativamente, que produzem produtos com e sem amianto com idêntica distribuição entre os dois grupos, tendo em vista a indisponibilidade de informações para calcular o percentual de produção utilizando fibras alternativas das empresas com dupla inserção.

Tabela 2 – Estimativa da estrutura da oferta do mercado brasileiro de produtos de fibrocimento com amianto – 2008

Grupos Empresariais	Participação no Faturamento da Indústria (%)
----------------------------	---

¹⁰ De fato, dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC (Sistema Alice) registram importações crescentes da fibra poli álcool vinílico (PVA) por parte dessas empresas, desde pelo menos 2007.

Eternit/Precon Goiás	44,0%
Isdralit	17,3%
Multilit	12,0%
Imbralit/Imbratex	6,7%
Precon Industrial	6,7%
Infibra/Permatex	6,7%
Confibra	5,3%
Casalite	1,3%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Abifibro.

Como os fabricantes de artefatos de fibrocimento são responsáveis por 98,21% do consumo de amianto no Brasil pode-se ter uma idéia da importância relativa na demanda por esta fibra de cada fabricante brasileiro de produtos de fibrocimento que efetivamente utiliza amianto. Como era de se esperar, há uma forte concentração (44%) nas mãos do grupo líder (Eternit), mas em uma proporção muito maior do que a sua participação no mercado total de artefatos de fibrocimento (33%).

O passo seguinte é avançar no sentido de verificar quem atende essa demanda exercida pelo segmento produtor de fibrocimento com amianto, considerando que a distribuição aponta que o consumo brasileiro de amianto é atendido por importações na proporção de 30,9% e pela produção local de amianto em 69,1%¹¹.

Os oito fabricantes de produtos de fibrocimento com amianto listados na Tabela 2 recorrem às duas fontes (importação x fornecimento local) em proporções bem diferentes, sendo possível identificar uma clara divisão entre as empresas que preferem recorrer a um caminho e a outro. À medida que se tenta aproximar o olhar, buscando informações mais detalhadas, a dificuldade aumenta. Mas é importante procurar investigar quem são, afinal, os consumidores internos do amianto brasileiro.

Neste sentido, procurou-se apoio em informações mais antigas do DNPM que, embora incompatíveis com as estatísticas mais agregadas e recentes do mesmo Departamento, utilizadas neste trabalho até aqui, oferecem dados em um nível mais desagregado.

¹¹ GONÇALVES da SILVA, Ana Lúcia e ETULAIN, Carlos R., 2010.

O Boletim Informativo do Amianto – 2007 do DNPM apresenta para o ano de 2006 dados sobre as importações brasileiras de amianto por empresa (Tabela 3), permitindo identificar os principais compradores desta fibra no mercado externo.

Tabela 3 – Importação de amianto por empresa – 2006

Empresas	Quantidade		Valor	
	Toneladas	%	US\$ mil	%
Imbralit	17.470,4	39,6	6.914.408,20	44,4%
Multilit	21.204,0	48,0	6.452.635,68	41,5%
Casalite	1.998,0	4,5	751.248,00	4,8%
Isdralit	1.512,0	3,4	559.440,00	3,6%
Confibra	1.062,0	2,4	372.798,00	2,4%
Permatex (grupo Infibra)	756,0	1,7	292.104,00	1,9%
Novasa*	188,4	0,4	216.487,20	1,4%
Dox**	5,4	0,01	7.289,20	0,04%
Total	44.196,2***	100,0%	15.566.410,28	100,0%

Fonte: DNPM (2007:8).

* Empresa da indústria têxtil.

** Empresa fabricante de gaxetas e vedações.

*** Na Tabela 9, as importações totais de amianto de 2006 são de 39.218 toneladas (com base em DNPM, 2009a).

Chama a atenção, na Tabela 3, a discrepância entre as participações em termos de quantidade e de valor da Multilit, provavelmente em decorrência da prática desta empresa de apresentar preço declarado no pedido de licença de importação do produto amianto muito abaixo do observado em importações similares¹².

¹² Encontramos registro de questionamento desta prática pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior – Decex em 2007. Não concordando com o preço declarado pela Multilit em pedido de licença de importação de amianto, “o Departamento exigiu, em 31/01/07, a apresentação de documentação que justificasse o preço negociado, na forma dos arts. 13 e 25 da Portaria da Secretaria de Comércio Exterior – Secex no. 14/2004 (atual Portaria 36, de 26/11/2007), tendo em vista que havia elaborado estudos internos, encontrando a quantia de US\$ 420,00/t, admitida a flexibilidade em 10%, ou seja, US\$ 380,00/t; enquanto o valor apresentado pela empresa era de US\$ 264,00/t” (conforme informações obtidas no *site* www.parana-online.com.br/colunistas/237/59361).

A Tabela 4 é similar à tabela anterior, mas para o ano de 2005, conforme informações do Boletim Informativo do Amianto – 2006 do DNPM. A comparação dos dois anos revela que os montantes e as participações oscilam, principalmente pelo comportamento da Multilit, mas nosso objetivo é ter idéia da ordem de grandeza e, principalmente, identificar quais são as fabricantes brasileiras de produtos de fibrocimento com amianto que buscam fornecedores externos para estas fibras. Registre-se que, mais uma vez, os dados do DNPM apresentados neste Boletim referentes ao ano de 2005 não conferem com os utilizados anteriormente para igual ano tendo como fonte o mesmo Departamento (DNPM (2009a)).

Tabela 4 – Importação de amianto por empresa – 2005

Empresas	Quantidade		Valor	
	Toneladas	%	US\$ mil	%
Multilit	28.667,7	59,7	7.762.623,39	53,5%
Imbralit	15.226,0	31,7	5.150.622,05	35,5%
Confibra	1.713,6	3,6	586.526,40	4,0%
Permatex (grupo Infibra)	954,0	2,0	348.786,00	2,4%
Novasa*	235,8	0,5	243.922,74	1,7%
Casalite	724,5	1,5	241.341,30	1,7%
Infibra	504,0	1,0	172.368,00	1,2%
Dox**	6,8	0,01	9.720,40	0,07%
Total	48.032,4***	100,0%	14.515.910,28	100,0%

Fonte: DNPM (2006:8).

* Empresa da indústria têxtil.

** Empresa fabricante de gaxetas e vedações.

Pode-se observar que a lista de empresas é basicamente a mesma, com a diferença de que em 2005 a empresa Isdralit não realizou importações. Quando se comparam a lista de importadoras de amianto com a lista de empresas que fabricam produtos com amianto (Tabela 2) se revela que dois grupos atendem suas necessidades desta fibra apenas com a produção interna, que é extraída e fornecida pela empresa SAMA, de Goiás. São eles: 1) grupo Eternit (que inclui a Precon Goiás e também a própria SAMA) e o grupo Precon Industrial.

Com base em informações das distribuições percentuais de produção e consumo de amianto é possível elaborar estimativas sobre a distribuição por empresa do consumo aparente de amianto no país, considerando consumo total, consumo atendido pro importação e consumo atendido por produção interna, isto é, pela empresa Sama (Quadro 3).

Quadro 3 – Quadro geral sobre o consumo aparente de amianto no Brasil (valores estimados)

<p>Consumo Interno de Amianto = 100% Distribuição estimada:</p> <p>Eternit/Precon Goiás = 44,0%</p> <p>Isdralit = 17,3%</p> <p>Multilit = 12,0%</p> <p>Imbralit/Imbratex = 6,7%</p> <p>Precon Industrial = 6,7%</p> <p>Infibra/Permatex = 6,7%</p> <p>Confibra = 5,3%</p> <p>Casalite = 1,3%</p>	<p>Atendido por Importação = 30,9% Distribuição estimada (com base em 2006) *:</p> <p>Multilit = 14,8%</p> <p>Imbralit/Imbratex = 12,2%</p> <p>Casilite = 1,4%</p> <p>Isdralit = 1,1%</p> <p>Confibra = 0,7%</p> <p>Infibra/Permatex = 0,5%</p> <hr/> <p>Atendido por Produção Interna (Sama) = 69,1% Estimativa para grupos que não importam amianto:</p> <p>Eternit/Precon Goiás = 44,0%</p> <p>Precon Industrial = 6,7%</p> <p>Estimativa de percentual de atendimento de outros grupos: 18,4% (obtido por diferença)</p>
--	--

* Obtida tomando por base a distribuição percentual das importações de 2006 (em tonelada) e recalculando-a para o total de 30,9% (correspondente à parcela das importações no total do consumo aparente de amianto).

Fonte: Elaboração própria.

Embora sejam dados estimados, os resultados obtidos são bastante reveladores, pois deixam em claro a absoluta relevância do consumo cativo do grupo Eternit de amianto produzido pela sua empresa coligada Sama. Já tínhamos apontado que este grupo responde por aproximadamente 44% do consumo interno de amianto¹³. Como não realiza importações desta fibra, toda esta demanda é canalizada e atendida pela Sama. Desta forma, cerca de 63,7% da produção da Sama destinada ao mercado interno trata-se de consumo cativo do próprio grupo Eternit (resultado da relação 44,0/69,1).

Cálculo semelhante pode ser feito para o grupo Precon Industrial, de modo que se chega ao percentual aproximado de 9,7% para expressar sua participação na produção da Sama destinada ao mercado brasileiro (resultado da relação 6,7/69,1). Por diferença, pode-se estimar o que corresponde às outras fabricantes de produtos de fibrocimento que consomem amianto e concluir que cerca de 26,6% da produção da Sama destinada ao mercado interno são demandas destes fabricantes.

5. Consumo Cativo de Amianto pela Eternit

O grupo Eternit é o maior consumidor brasileiro da fibra de amianto nacional (produzida pela sua empresa coligada Sama). De fato, de acordo com as estimativas acima apresentadas, cerca de 63,7% da produção da Sama destinada ao mercado interno refere-se ao consumo cativo do próprio grupo Eternit.

Em outras palavras, o grupo Eternit, além de detentor do monopólio na produção da fibra de amianto no país, é também seu principal consumidor.

Estas considerações reforçam o papel central do grupo Eternit no debate do banimento do amianto no Brasil, que vem sendo postergado há tantos anos. Sua responsabilidade neste processo aumenta ainda mais, sobretudo pelo marketing em direção contrária aos princípios da sustentabilidade. Isto se torna evidente quando nos lembramos de que foi o grupo belga Eternit o primeiro a banir o amianto dos seus produtos no resto do mundo. De fato, no início dos anos 80 do século passado a Eternit (Bélgica) foi pioneira no movimento pela substituição do amianto, decidindo abolir o uso dessa fibra até 1990 e substituí-la por outros produtos, especialmente petroquímicos sintéticos¹⁴.

¹³ GONÇALVES da SILVA, Ana Lúcia e ETULAIN, Carlos R., 2010, op. cit.

¹⁴ Para um resumo do perfil histórico do movimento pela substituição do amianto, ver Scliar (1998).

Antes disso, em 1976, prevendo o banimento, a Eternit belga criou um Programa de Nova Tecnologia (NT) com o objetivo de se adaptar aos novos tempos. O grupo investiu pesado na substituição do amianto em suas 32 fábricas em todo mundo. Dois anos depois já vendia produtos sem amianto na Europa, utilizando produtos petroquímicos sintéticos (Scliar, 1998:51). Infelizmente, com a venda da filial brasileira para novos donos (brasileiros), a mesma postura não foi assumida no Brasil, mas mostrou que é possível, em prazo relativamente curto, promover as adaptações necessárias à substituição do amianto por fibras alternativas.

Realizadas de forma pioneira nos anos 1980s, estas inovações de tanta importância em termos ambientais correspondem na prática a adaptações que na atualidade são relativamente simples, podendo ser efetivadas em menor período de tempo.

6. Conclusão

A estratégia de capacitação e substituição progressiva do amianto por fibras alternativas vem sendo adotada em forma de inovação tecnológica do processo produtivo há alguns anos por parte dos fabricantes brasileiros de produtos de fibrocimento, enquanto aguardam o banimento do amianto no Brasil. Estendem, assim, ao máximo possível o uso do amianto, não por falta de capacitação em tecnologias alternativas, mas para tirarem proveito da situação provocada pela indefinição do governo brasileiro. Uma situação institucional frágil que cria um mercado cativo, socialmente perverso e ambientalmente insustentável.

A opção por estender ao máximo o uso do amianto, ao mesmo tempo em que tomam as providências necessárias para se posicionarem no promissor mercado baseado em fibras alternativas, tem colocado algumas empresas na incômoda posição de promover a progressiva adaptação, mesmo que de forma velada, e continuar na defesa da bandeira do amianto contra as fibras alternativas. Esta contradição é particularmente acentuada no caso do grupo Eternit, defensor aguerrido do uso do amianto, que, sendo líder de mercado e empresa de capital aberto, se vê na delicada situação de explicitar para os acionistas, sob pena de assistir à desvalorização de suas ações, que o grupo está efetivamente preparado para a nova fase, após o banimento total do amianto no país. A análise dos balanços do grupo dos últimos anos é muito reveladora e esclarecedora neste sentido.

Na verdade, já no ano anterior (em 2004), a empresa deixara claro para seus acionistas que “estava preparada e com suas instalações adequadas para iniciar, a qualquer momento, a fabricação de produtos com fibras de PVA ou de polipropileno, em caso de banimento do produto. O valor da Sama, por sua vez, ficaria protegido em tal cenário devido ao direito de lavra na fabricação do amianto e a sua base diversificada de clientes internacionais (destacando-se a penetração da empresa na venda para os mercados asiáticos e outros países em desenvolvimento)”¹⁵.

Ou seja, há seis anos, o grupo Eternit/Precon Goiás – responsável por cerca de 44% da oferta de produtos de fibrocimento com amianto no Brasil¹⁶ e pelo consumo de 64% da produção de amianto da coligada Sama destinada ao mercado interno¹⁷ – dispõe de plenas condições de promover a transição para produtos sem o uso de amianto.

Um dos chamados benefícios que se observam em torno do marketing sustentável é que a empresa investe em projetos que buscam sintonia emocional com o consumidor. A intensidade do grau de fidelidade do cliente à marca é resultado da incorporação na sua mente de uma imagem da empresa associada a valores duradouros que só podem ser efetivos se as empresas os promovem e confirmam todos os dias. A sustentabilidade, diz Porter, deve estar associada ao objeto central do negócio. Consolida-se a marca – e a posição concorrencial no mercado – em decorrência das decisões que as empresas tomam em ambientes exacerbados pela mídia e pela tecnologia, que fazem da ideologia da empresa sua mercadoria mais estratégica. Daí que pensar no caso do amianto permita refletir a relação entre possibilidades de mercado, decisões empresariais e impactos ambientais.

A prática velada, por parte das empresas, que de um lado adaptam linhas de produção de fibrocimento para a utilização de fibras alternativas ao amianto e, de outro, se aproveitam das indefinições institucionais e do acesso à mineração não sustentável tem colocado essas empresas em uma situação no mínimo curiosa, tendo que compatibilizar duas frentes antagônicas de batalha: de um lado, continuar levantando a bandeira em defesa do amianto; de outro, caminhar na direção destas últimas, sob pena de perderem

¹⁵ Conforme Relatório do Fundo de Investimento RB Fundamental FIA – Carta Mensal n. 4 – dezembro 2004, p. 2. Cabe apontar que há implícita, nesta análise, a hipótese de que o banimento do amianto no Brasil se daria sem comprometer as exportações da empresa mineradora Sama.

¹⁶ Conforme estimativa apresentada na Tabela 2.

¹⁷ Conforme estimativa apresentada no Quadro 3.

fatias importantes de mercado, no futuro próximo. Do ponto de vista da imagem da empresa, posições dúbias embora possam muitas vezes reforçar os lucros não são sustentáveis no longo prazo, pois manifestam o risco de perda de fatias de mercado, de atraso tecnológico e de associação da marca a valores e paradigmas ultrapassados.

8. Referências Bibliográficas

BELLUZZO, L.G.M. (2009) **Parecer sobre a Proibição do Uso de Fibras de Amianto no Brasil**. São Paulo, mimeo, 68 p.

CÂMARA FEDERAL DOS DEPUTADOS (2010) **Dossiê Amianto Brasil**. Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (relator: Deputado Edson Duarte). Brasília: Câmara Federal dos Deputados, mimeo, 683 p.

CARVALHO, C.V. (2009) **Amianto**. Brasília: Câmara Federal dos Deputados, mar., 94 p.

CASTRO, H.A. (2008) **Aspectos sobre la Producción del Amianto, Exposición y Vigilancia de los Trabajadores Expuestos al Amianto en Brasil**. Ciencia & Trabajo, 10(27):11-17, enero/marzo.

DNPM (2006) **Boletim Informativo do Amianto: 2006**. Brasília-DF: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, jun., 30 p.

DNPM (2007) **Boletim Informativo do Amianto: 2007**. Brasília-DF: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, jun., 29 p.

DNPM (2009a) **Economia Mineral do Brasil**. Brasília-DF: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, dez., 764 p.

DNPM (2009b) **Desempenho do Setor Mineral – Goiás e Distrito Federal**. Brasília-DF: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, 285 p.

DNPM (2009c) **Informe Mineral – Desenvolvimento & Economia Mineral**. Brasília-DF: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, 1º semestre, 50 p.

ETERNIT. **Relatório Anual**, vários anos.

FERRACIOLI, Airlis Luis (2002) **Balanço Mineral 2001: Amianto**. Brasília-DF: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, 11 p.

FIESP (2009) **O Papel dos Produtos de Amianto na Cadeia da Construção Civil: Dimensão Econômica e Efeitos Concorrenciais**. São Paulo: Deconcic/FIESP, jan., 33 p.

GONÇALVES da SILVA, Ana Lúcia e ETULAIN, Carlos R. **Avaliação do impacto econômico da proibição do uso do amianto na construção civil no Brasil** - relatório de pesquisa. UNICAMP, agosto de 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (2008) **Panorama da Indústria de Artefatos de Concreto, Cimento e Fibrocimento no Estado do Paraná**. Curitiba: Minerais do Paraná – MINEROPAR, 111 p.

MENDES, R. (2001) **Asbesto (Amianto) e Doença: Revisão do Conhecimento Científico e Fundamentação para uma Urgente Mudança da Atual Política Brasileira sobre a Questão**. Cadernos de Saúde Pública, 17(1):1-18, jan./fev.

MENDES, R. (2007) **Amianto e Política de Saúde Pública no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, 23(7):1-2, jul. (Editorial).

SBK BUSINESS (2007) **Telhas de Fibrocimento – Visão Geral do Mercado**. São Paulo: SBK Business, 5 p. (www.sbkbusiness.com.br/Site/artigos.html).

SCLIAR, C. (1998) **Amianto, Mineral Mágico ou Maldito? Ecologia humana e disputa político-econômica**. Belo Horizonte: CDI.

WUNSCH FILHO, V.; NEVES, H. & MONCAU, J.E. (2001) **Amianto no Brasil: Conflitos Científicos e Econômicos**. Revista da Associação Médica Brasileira, 47(3):259-271.